

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

	Sigla da Entidade	Representante	Participação
01	ABES-SP	Ricardo Ribeiro F. da Silva (T)	Ausente
02	ASEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)	Presente
		Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)	Presente
		Fábio Giardini Pedro	Ausente
03	BRK Ambiental Limeira	Erick Krambeck (T)	Ausente
		Rafael Antonio Spanhol (S)	Ausente
		Nilto Cândido Faustino (S)	Ausente
		José Gilberto Ribeiro Coelho Júnior (S)	Presente
04	CENA/USP	Célia Regina Montes (T)	Presente
05	CETESB	Lúcia Vidor de Sousa Reis (T)	Presente
		Lívia Fernanda Agujaro (S)	Presente
06	DAE Americana	Maurício Camilo Franco	Ausente
		Regina de Fátima Boni Valente (S)	Ausente
07	CIS	Reginaldo Pereira dos Santos (S)	Ausente
		Margareth Isabel Amaral (T)	Ausente
		Leandro Gustavo Peccin (S)	Ausente
08	DAE Jundiaí	José Maurício Balota (T)	Ausente
		Patrícia Aparecida Longatti	Ausente
		Karen C.T. Marconzola	Presente
		Samuel do Prado (S)	Ausente
		Danilo Rezende de Moraes	Presente
09	DAE Santa Bárbara d'Oeste	Claudioaldo Viana dos Santos (T)	Ausente
		Vanessa de Abreu (S)	Presente
		Mauro Henrique Sardinha (S)	Presente
10	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganham Coneglian (T)	Presente
		Renato Falcão Dantas (S)	Ausente
11	GAEMA Cabeceiras	Leandro Henrique Ferreira Leme	Ausente
12	GAEMA PCJ	Alexandra Faccioli Martins	Presente
		Ivan Carneiro Castanheiro	Presente
		Rodrigo Sanches Garcia	Presente
13	GVS XX – Piracicaba	Luiz Ubirajara Oliveira de Barros (T)	<i>In memoriam</i>
14	Instituto Adolpho Lutz Rio Claro	Israel Tadeu de Jesus Zanella	Ausente
		Maria Cecília Hitome Kuzuoka Ferreira da Silva(S)	Ausente
		Carlos Eduardo Duque de Magalhães	Ausente
		Florindo Edvaldo Camiato (S)	Ausente
		José Luiz de Oliveira (S)	Ausente
15	IPSA	Adriana Fabiana Corrêa (T)	Presente
		Harold Gordon Fowler (S)	Ausente
		Dejanira de Franceschi de Angelis (S)	Presente
		Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite	Presente
		Maria Aparecida Benedita Bortolazzo (S)	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

16	Mackenzie	Rosani Franco de Faria Novaes (T)	Presente
		Eduardo Papamanoli Ribeiro (S)	Ausente
17	P.M. de Ipeúna	Marcio Antônio Gomes Ramos (T)	Justificado
18	Rotary Club Rio Claro – “Cidade Azul”	Dejanira de Franceschi de Angelis (T)	Presente
		Carmem Silvia Rozin Kleiner (S)	Ausente
19	SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)	Presente
		Ana Cristina P. Persicano Pinto (S)	Presente
		Fábio Giardini Pedro (S)	Ausente
20	SEMAE	Antônio Carlos Ferreira (T)	Presente
		Ivan Canale (S)	Presente
		Giulliano Tonin (S)	Ausente
		Rosenaldo Ramos	Ausente
21	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)	Ausente
		Harold Gordon Fowler (S)	Ausente
		Dejanira de Franceschi de Angelis (S)	Justificado
22	UNESP/IB	Maria Aparecida Marin Morales (T)	Presente
23	VE – Rio Claro	Jairo Brunini (T)	Justificado
24	VISA – Cordeirópolis	Vanderlei Ocimar Marangom (T)	Ausente
		Ronald Betanho Franchini (S)	Ausente
		Valmir Sanches (S)	Ausente
		Thaise Meneghatti (S)	Ausente
25	VISA – Rio Claro	Kátia Maria Sampaio Cezarino (T)	Presente
		Luciana de Souza (S)	Presente
26	VISA – Santa Bárbara do Oeste	Pedro Henrique Braga Pierozzi (T)	Presente
		Luciano do Vale Monteiro (S)	Ausente

Convidados		
Sigla da Entidade	Representante	Participação
Agencia PCJ	Sergio Razera	Presente
	Leonardo Cuoco Leo	Presente
Faculdade Presbiteriana Mackenzie	Maria Thereza M.G. Rosa	Presente
Sucen-Campinas	Marco Antonio F.da Costa	Presente
GAEMA – Campinas	Flaviane Maluf de Souza	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia de 20 de março de 2018. **2. Abertura da 75ª Reunião da**

CTSAM: A abertura da reunião foi realizada pelo Sra. Adriana Fabiana Correa coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, que agradeceu a presença de todos, em especial dos promotores de justiça e passou a palavra à engenheira Roseane, que foi designada para coordenar a reunião.

3. Aprovação da ATA: todos aprovaram a minuta sem alterações. **4. Palestras da pauta: I - Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos com Ênfase em Contaminação da Água.** O pesquisador da Embrapa Dr. Claudio Spadotto iniciou relatando sobre a complexidade do tema: a

começar pelo processo de produção do agrotóxico, que tem na sua composição além do produto ativo as impurezas; usos inadequados no campo e no descarte das embalagens que podem liberar contaminantes tóxicos ao meio. Assim, o perigo dos agrotóxicos está a nível ocupacional (manuseio), alimentar e de saúde pública. Ao contaminar alimentos e a água alteraram a dinâmica natural do ecossistema, desde o topo da cadeia (espécies – guarda-chuva) como as da base (espécies – chave). Se o organismo não entrar em contato com o produto, não haverá risco e sim perigo, consequentemente o risco depende do grau de exposição e do perigo gerado. Se a embalagem está lacrada, não existe contato, o risco é zero, mas o produto mantém o seu perigo. A Dra Sandra Kishi relatou uma diferença conceitual na visão do direito ambiental, sob outra perspectiva, risco é a previsibilidade do dano, perigo é a imprevisibilidade do risco, partindo-se do mais concreto para o abstrato tem-se o princípio da prevenção que começa a trabalhar num grau maior de abstração e o

princípio do controle de risco que é ainda mais um grau de imprevisibilidade. A promotora Dra Alexandra complementa a importância da análise da situação de perigo, risco e do dano para avaliar o momento de atuação é fundamental para se iniciar o trabalho da avaliação de risco. Assim, no direito ambiental se defende a avaliação de risco como forma antecipada antes que o perigo se inicie, por meio de medidas de precaução para evitar os danos, entre estas o Plano de Segurança da Água e outros mecanismos de gestão de risco para evitar que o perigo venha a acontecer ao ecossistema e seres humanos e toda a cadeia exposta. A profa Marin relatou a dificuldade de avaliação do grau de ecotoxicidade devido às referências de limite das concentrações serem internacionais e de se quebrar paradigmas estabelecidos. Citou ainda a importância do trabalho interdisciplinar, apesar das diferentes abordagens há o entendimento entre as diversas áreas na questão ambiental para o equilíbrio. O pesquisador explicou que no ARAQUÁ a avaliação de risco ocorre em 4 fases, ao final de cada uma são tomadas decisões, e se estabelecem os riscos para cada organismo teste ou conjunto de organismos. A fase inicial baseia-se no levantamento de dados, determina-se qual a concentração presente, depois se avança ao encontro aos limites previstos na legislação. Na fase mais avançada, ocorre o gerenciamento de dados e análise de probabilidade das condições ambientais em prol da análise de risco à saúde humanas com base na antiga Portaria 1914. ARAQUÁ significa “água escondida” ou riacho pequeno em tupi guarani, foi adaptado às condições brasileiras de clima e solo, e possui versão <http://sistemasnovo.sede.embrapa.br/ARAQUÁ/web/>. Dr Ivan questiona se é possível dentro destas condições não só de técnicos,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

90 mas do ambiente político em que os técnicos
vivem, basear-se no princípio da
precaução/prevenção, se prevenir dos riscos
conhecidos e se precaver daqueles ainda 140
desconhecidos e se havendo ocorrência seria
de difícil reversão. Qual o grau de liberdade
que a EMBRAPA ou qualquer outra
instituição, ou como pesquisador, tem para
com os resultados que chegam ao órgão 145
decisório como MMA e Ibama. O Sr
Spadotto ressaltou que a demanda da
pesquisa seria saber quais os produtos que
estão no mercado e que deveriam ser 150
proibidos, segundo as condições brasileiras
de uso. O promotor salientou que vem
trabalhando a questão dos agrotóxicos para
as abelhas de Rio Claro, e pergunta como
poderia resolver este entrave entre
perigo/risco/dano, uma vez que o risco é 155
enorme, se eu não faço, comprometo a
produção e a economia, se faço causo um
problema irreversível. Spadotto afirmou que
devemos provocar a pesquisa para se ter
substitutos não só químicos (mais de 300 160
presentes na lista do ministério da
agricultura) e não esperar o problema
aparecer, para tomar medidas de prevenção.
A EMBRAPA vem trabalhando, mas precisa
estimular mais projetos para saber quais são 165
os produtos mais perigosos. Eliana (Visa-
SP) apontou para várias questões sobre um
relatório externo elaborado em 2011, no qual
foram avaliados agrotóxicos no
monitoramento e captação de água bruta, 170
revisão da legislação para adequação,
limitação da quantidade dos agrotóxicos,
normalmente o mais tóxico é o mais barato e
sem fiscalização adequada e conclui que a
metodologia de risco é fundamental, no 175
entanto é necessária uma readequação para
um modelo alternativo, mais flexível. Profa.
Marin mencionou que o uso do agrotóxico
deve ser criterioso, partindo-se do princípio
de que se é agressivo a algum agente 180
biológico, estará implícito o potencial de
eliminar, e pior se for usado em doses
menores que enfraquecem o princípio ativo,
e perdem a sua efetividade e ainda deixa
efeito residual no ambiente. Toda a
legislação que existe é para um dado
composto químico que tem concentração
efetiva para o fim a que se destina (cada
organismo possui uma concentração letal).
Assim, deveria haver um incentivo para que
o agricultor faça uso correto do agrotóxico,
pois existe a demanda na agronomia e há o
apoio do uso de agrotóxicos, porém o
modelo não é adequado. O produtor não é
orientado de maneira eficaz, exemplificou,
pois estudou a toxicidade da fluoramina (alto
poder tóxico, passou a ser usada como
referência nos testes laboratoriais) e do
iminacoprid ambos tóxicos, contudo se
misturados perdem consideravelmente a sua
toxicidade. Sob estas circunstâncias Dra.
Alexandra argumenta sobre a metodologia
de risco para que possa ser aprovado e
implementado o uso do agrotóxico, pois a
complexidade é muito mais ampla, a
começar pela resistência política e
econômica. Spadotto afirma que o uso sem
critérios é preocupante. Parte dos
agrotóxicos estão entrando de maneira ilegal
no país, sem controle da sua composição, na
qual durante a síntese são geradas
substâncias tóxicas. Ressaltou a necessidade
de adotar uma metodologia para otimizar a
avaliação da ocorrência do risco para um
direcionamento da pesquisa com dados
compatíveis ao ambiente, pois a
metodologia de risco ajuda a focar no que é
mais urgente. Após a caracterização do risco
do agrotóxico, tem-se o gerenciamento do
mesmo, fase mais avançada do ARAquá,
que permite revisar o processo pelo aumento
do nível de refinamento. No Brasil há três
modelos de avaliação de risco de agrotóxico
em água superficial e subterrânea. A
Embrapa em parceria com a Fatec -
Botucatu, FCA –Unesp Botucatu, criou o
aplicativo ARAquá, que se adapta aos solos
brasileiros e pouca disponibilidade de
dados. Este mapeia os agrotóxicos a cada
metro quadrado de solo, sendo a meta fazer

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

um plano de monitoramento de campo a partir da análise de risco. Basta inserir o dado que ele faz a análise comparando-as aos dados da Portaria 2914. Dr. Ivan questiona se ao abrir o site é possível verificar dados. Spadotto cita que no site há apenas um modelo, no entanto, ressalta que há dois projetos do CNPq, um de água superficial com previsão de termino para final de 2018 e de água subterrânea, porém basta inserir dados no programa e este compara os valores por área (metro quadrado) seguindo-se as referências da antiga portaria 2914, sendo necessário um treinamento para sua execução. A meta é fazer um monitoramento de campo para a análise de risco. Roseane propôs fazer uma capacitação para aplicação do ARAQUÁ, em parceria com a Universidade Mackenzie, que dispõem de sala de informática. 2ª **Palestra Monitoramento de Agrotóxicos na Bacia PCJ** – A Dra Lívia Fernanda Agujaro- especialista em cianobactérias. Iniciou relatando que foi lançado em 04 de abril deste ano, via online, o Atlas de Geografia dos Agrotóxicos no Brasil. A Cetesb produz anualmente os Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas do Estado de São Paulo. Atualmente tem-se disponível o Relatório de Águas Superficiais de 2017, com os dados referentes a 2016. Os relatórios fornecem um histórico de dados relacionados à sazonalidade e pontos fixos, sem considerar as técnicas de aplicação e regime pluviométrico dos agrotóxicos, no entanto, podem nortear estudos futuros para a rede de monitoramento da Cetesb, sendo os pontos atualmente amostrados em regiões com predominância de solos agrícolas (70 a 80%). Na bacia PCJ há um ponto no Rio Corumbataí, em função do aquífero Guarani. A rede básica de monitoramento da qualidade da água da Cetesb no Estado de São Paulo, inclui na rede básica 34 pontos de coletas bimestrais, anual na rede de sedimentos com 478 pontos e semestrais na rede de águas subterrâneas. A rede Quali Quant de águas subterrâneas, em parceria com o DAAE, possui dois pontos na bacia PCJ: Santa Maria da Serra e Analândia. A amostragem dos agrotóxicos na água bruta iniciou-se em 2011 e também a questão da definição dos pontos foi o uso agrícola dos solos e nas cabeceiras do Sistema Cantareira (Atibainha e Cachoeira, integrantes da bacia PCJ). Os resultados da CETESB, neste monitoramento a maior parte dos princípios ativos não foi detectada, assim como os VMP limites foi muito pequena, exceto para dois pontos, Atibaia (próximo à Paulínia) e Jaguarí (divisa com o Minas Gerais, com relevo acidentado, cultivo de batata e morango) sendo os agrotóxicos Mirex e Atrazina os mais utilizados. Dra. Alexandra enfatizou que o Ministério Público acompanha como convidado, integrado por varias câmaras técnicas como a CT-SAM e CT-Saneamento, apesar da demanda da política da saúde ambiental e a participação limitou-se à CT-Monitoramento Hidrológico. Ressaltou a necessidade da integração dos dados de monitoramento das empresas de saneamento das captações na sala de situação das BH-PCJ, este compartilhamento propiciará maior aproveitamento dos dados. Nota-se que o trabalho já se iniciou, contudo, os dados não estão sendo integrados. A promotora afirmou ainda que a plataforma está sendo construída, e solicitou que a CT-SAM leve essa demanda novamente como porta-voz desta reivindicação, pois o olhar técnico do grupo agrega conhecimento, fundamental para o monitoramento e solicitou à CT que seja constituído um sistema de gestão que unifique todas as vertentes que possam contribuir para a política de saúde ambiental, em andamento, O ministério público que atua na gestão das estações de tratamento de água elaborou um plano de monitoramento, a partir de um roteiro de fiscalização que já esta sendo implementado na área de abrangência das bacias PCJ, com 21

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

280 municípios, Vigilância Sanitária (local e regional) e ARES-PCJ. A CETESB foi convocada para participar das inspeções conjuntas e se comprometeu a iniciar a fiscalização. A promotora questionou se é possível, tanto no licenciamento ambiental feito pela VS regional e local, como no licenciamento das ETA's feitas pela CETESB, a participação do Comitê na Construção de Planos de Monitoramento dos Mananciais de Capitação, para maior adequação, contemplando a questão dos agrotóxicos e inclusive permitir que os dados sejam compartilhados, para se construir planos de monitoramento de agrotóxicos mais efetivos. Dra Livia ressaltou que de manhã durante a reunião da Política de Segurança da Água foi abordado por diversas vezes a Segurança da Água e vão ser contempladas algumas ações definidas no plano. Finalizou resumindo que não basta só monitorar e avaliar o Índice de Abastecimento Público - IAP, chega um momento que têm-se que integrar as questões como: espacial do território com a climatológica, práticas agrícolas, de maneira a fazer uma gestão de rede de acordo com a própria realidade e não algo pré-estabelecido, talvez não seja a CETESB sozinha a fazer isso, o próprio Comitê tem diferentes atores trabalhando em conjunto para chegar na informação desejada. 3ª palestra: Monitoramento dos Agrotóxicos em Santa Bárbara do Oeste, arguição por Mauro Henrique Sardinha, responsável pelo setor de tratamento de água de Santa Bárbara do Oeste, membro suplente da CT-SAM. O monitoramento baseia-se no Artigo 40, do Anexo XX da Portaria Consolida de 2017 (antiga Portaria 2914), semestralmente, com coletas em maio e novembro. A bacia conta com o Rio Toledo como manancial de capitação. A grande maioria dos dados está em conformidade com os VMP dos 27 agrotóxicos previstos na portaria, no entanto, quando há desconformidade de algum dado é necessário ampliar o número

325 mínimo de amostras. Sardinha questionou sobre os parâmetros analisados restritos aos poucos agrotóxicos se comparada a vasta lista atual dos agrotóxicos (site do ministério público), período das safras, quais os agrotóxicos utilizados (as usinas fornecem os agrotóxicos empregados nos canaviais (plano de amostragem e acidentes ocorridos) para aprimoramento do plano de coleta na época exata de aplicação do agrotóxico. 4ª Palestra: Monitoramento dos Agrotóxicos em Piracicaba, palestrante Ivan Canale. O SEMAE é uma autarquia da Prefeitura de Piracicaba e trata 100% da água para 400 mil habitantes. O sistema de abastecimento em Piracicaba inclui 90% da água do Corumbataí e 10% do Rio Piracicaba, pequenos núcleos urbanos mais distantes do centro urbano, como os sistemas Anhumas (abastece cerca de 2 mil pessoas), Ibitiruma e Tanquinho, além de poços e nascentes. Assim, o principal manancial é o Rio Corumbataí, que possui os seus impactos com o uso intenso de agrotóxicos. O monitoramento segue a CONAMA 357, a cada 6 meses compostos orgânicos, entre estes os agrotóxicos são avaliados no período seco e chuvoso. O monitoramento de agrotóxicos em Águas Subterrâneas CONAMA 396/2008. Toda água tratada é monitorada segundo a antiga Portaria 2914 (saída e 4 ou 5 pontos de rede de distribuição para avaliação da qualidade (laboratórios terceirizados). Durante o monitoramento, não se detectou valores acima do limite de detecção para agrotóxicos, exceto 1 vez em 900 análises, provavelmente devido à poluição difusa. A presença de agrotóxicos nas águas é uma premissa, no entanto, questiona-se os critérios de acreditação, os laboratórios contratados têm seriedade e competência para a realização das análises, o momento de amostragem nem sempre coincide com a aplicação dos agrotóxicos e não sabe-se com certeza quais estão sendo aplicados nas culturas da região. Sr Leo fez um relato da qualidade de água no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

monitoramento e chegou-se nas limitações: 420
integração do Sistema de Informação 420
(diversos bancos de dados) com o desafio de
375 tornar integrada quantidade e qualidade de
água. Alteração de ação: massa rica de
informações sendo gerada em planilhas por
operadores, que vivem a gestão dos recursos 425
hídricos, investigar problemas institucionais
e estruturais e fixar um trabalho de 430
integração, valorizar o sistema da CETESB-
INFO AGUA que pode vir a ser a plataforma
da água. No Estado de São Paulo, em
385 sedimentos foram encontrados compostos
organoclorados que prevaleceram em
concentrações inferiores. Variáveis como:
solo (tipos e usos), cultura agrícola,
preservação das nascentes, matas nativas e 435
determinados agrotóxicos compõem a
análise de risco. O pesquisador da Embrapa
ressalta que há desafios para se analisar em
termos de Câmara Técnica e para 440
instituições de pesquisa tais como: aumento
do conhecimento e integração das
395 informações da bacia sobre a qualidade de
água superficial e subterrânea,
especialmente as microbacias mais
vulneráveis. A sala de situação e as bases de 445
dados dos Comitês são importantes para:
integrar as informações, ainda pouco
400 trabalhadas; elaborar análise espacial do
tema, ocupação da terra, situação das áreas
de restauração e preservação permanente,
tipos de solo e cultivo, implantação de 450
programa de boas práticas agrícolas
(elaboradas pela CATI) e atuação de
405 diferentes atores no território as bacias PCJ.
Dra. Livia enfatizou que na questão dos
agrotóxicos deve-se trabalhar com a 455
prevenção. Dra. Alexandra, cita que são duas
frentes de atuação: o Ministério Público
participa na integração de dados no estudo
da qualidade de água na bacia PCJ. Os dados 460
do SISAGUA deveriam ser levados para a
bacia para: conhecer o apoio dos autores e
415 como os dados podem contribuir para
viabilizar os resultados do monitoramento
da Bacia PCJ; como fiscalizar as ETAs dos 465

municípios sob a opção de trabalho
integrado entre os órgãos VISA, GVS,
CETESB; No licenciamento das ETAs pela
CETESB é importante buscar planos de
monitoramento para que os dados sejam
comparados; tem-se que atingir uma gestão
de rede mais atualizada para possibilitar o
trabalho integrado; estabelecer um termo de
cooperação para com os dados da bacia, por
exemplo, na bacia do Rio Jundiá estão todos
convidados a inserir seus dados. A sala de
situação instalada no DAAE poderá lidar
com os dados da qualidade da água bruta
assessorada pelo GT- Qualidade da Câmara
Técnica – Monitoramento Hidrológico.;
reconhecer a importância de entender os
dados das capacitações, eventuais
limitações para promover água de qualidade
na bacia. O SISAGUA representa uma
plataforma de integração. Dra. Sandra
ressaltou que na reunião de cúpula dos
ministérios essa integração foi bastante
concordia, e o Ministério da Saúde refez
pelo sistema Data SUS para traduzir os
dados brutos, com acesso para toda a
sociedade (dados abertos exceto o
SISAGUA), sendo o uso plataforma
apropriado para posicionar gestores na
tomada de decisões. Os dados brutos são
acessados por login/senha pelos gestores
para evitar interpretações equivocadas.
Deve-se fazer um cadastro, mas não é fácil.
No dia 10 haverá nova reunião para
integração. A promotora salientou que o
Portal Qualidade de Água possui um banco
de dados, incluindo o Sistema Nacional de
Águas. O único que falta integrar é o
Ministério da Saúde. O DAAE e a SABESP
são similares quanto ao nível de
transparência, e necessitam abrir dados para
compartilhar links, isto representa um
retrocesso no Brasil, devido a estes entraves
burocráticos. Dr. Ivan questionou o
problema da mortalidade de abelhas por
agrotóxicos e que dia 25 de abril na
Assembleia Legislativa terá um projeto de
lei visando proibir o uso de pulverização

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

470 aérea no Estado de São Paulo e citou a importância de se programar o momento da coleta versus aplicação do agrotóxico, revelando a necessidade de coletas o ano todo, além de incluir coletas sazonais para cada tipo de cultura. Relatou a necessidade de ofício ao Tribunal de Contas abordando a questão da sazonalidade segundo o tipo de plantio. Dra Livia sugere uma moção de apoio pela Câmara Técnica para a temática de apoio ao Dr Ivan na Assembleia Legislativa. A promotora federal Sandra Kishi agradece a iniciativa do Dr. Ivan, em caráter local e sugere que seja focada a integração, pode-se ampliar o escopo para outros municípios. Assim como vem ocorrendo com o Plano de Segurança da Água que se trabalhado a nível local facilita estruturar alianças de integração. Citou a experiência do Equador, que possui o SENAGUA - Senado das Águas, que atua com estrutura a nível nacional dirigida pela coordenadoria gestora, que estabelece diretrizes para a articulação e integração do sistema, para não se distanciar da realidade dos municípios, são construídas alianças para poder integrar na prática as diretrizes. Pela primeira vez na história o Ministro das Águas do Equador é de origem indígena e está lançando seus projetos pilotos em prática. Assim estes legados, experiências advindas do 8º Forum Mundial da Água tem toda a possibilidade de serem implantados aqui. Os arranjos já estão organizados e qualquer contato feito pela Câmara Técnica seria muito interessante para trazer este reforço para um trabalho em conjunto, com ajuda mútua. Aproveitou a oportunidade de fazer o convite à CT para fazer uma parceria com o Ministério Público para levar a metodologia do Plano de Segurança da Água para o São Francisco, uma vez que estão com a expertise e profissionais de experiência. Quanto ao banco de dados, Rogerio SANASA) levantou a questão da creditação dos ensaios laboratoriais, pois surgem dúvidas na Norma 17025 publicada em 2017, antiga 2005, que preconiza que as análises podem ser feitas por laboratórios próprios, conveniados e sub-contratados, desde que seja comprovado a existência de um sistema de gestão de qualidade, Roseane complementa que entre estes requisitos estão as Boas Práticas de Laboratório, paralelamente a Dra Livia se manifesta em favor de se convidar um especialista para esclarecer as dúvidas sobre acreditação laboratorial. Roseane citou a possibilidade de realização de uma oficina futura, e salientou a importância de se ensinar como desenvolver um bom plano de amostragem para monitoramento de agrotóxicos, como programar uma gestão de rede, etc. A coordenadora Adriana pediu licença para relatar que a Profa Célia teve que se ausentar, mas possui vasto banco de dados sobre agrotóxicos que podem ser compartilhados. **5. Encaminhamentos e aprovações: 1. Capacitação ARAQUÁ:** Sra Roseane, propôs ao Prof. Spadiotto e Profa Rosaní uma capacitação para o uso do programa ARAQUÁ utilizando-se o laboratório de informática da Faculdade Mackenzie. **2. Seminário/oficina:** Dra Livia sugeriu a realização de um seminário para discutir a problemática dos agrotóxicos e de uma oficina (plano de amostragem e coleta adequada). Foi aprovado o seminário/oficina, com pauta a ser detalhada. Sra Adriana relatou que a Profa Celia (CENA) poderá disponibilizar muita informação sobre suas pesquisas, com dados mensais. **3. Acesso de dados SISAQUA.** A Dra Alexandra enfatiza a questão em 2 frentes: **Acesso aos dados SISAGUA** há necessidade de documentar a dificuldade ou não acesso a bancos de dados públicos. Se alguém tentou e eventualmente tenha se frustrado no acesso, poderá fazer um print para documentar e enviar. Todas as informações ajudam no inquérito. **Protocolo de disponibilização de dados:** a Vigilância Sanitária e outros membros reivindicaram 27 relatórios consolidados na época que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Dia: 05 de abril de 2018 - **Horário:** 09h00

Local: Faculdade Presbiteriana Mackenzie Campinas – SP

560 comitê fazia parte, atualmente não se tem
representante. **4. Integração do SISAGUA**
na sala de situação: O ministério público
reivindicou, desde o início, que os dados do
565 SISÁGUA, que tem como objetivo auxiliar
o gerenciamento de riscos à saúde
relacionados à qualidade de água de
abastecimento público, sejam levados de
alguma forma para a Sala de Situação para
que se possa ter este recorte na bacia. Sabe-
570 se que as empresas de saneamento têm uma
vasta gama de informações que não são
aproveitadas e nem compartilhadas,
havendo apenas um ponto de monitoramento
de água superficial nas bacias PCJ. **6.**
575 **Aprovação da Política de Saúde**
Ambiental. Dando sequência ao último item
da pauta a Coordenadora Adriana fez a
apresentação para aprovação dos programas
propostos para desenvolvimento da política
580 de saúde ambiental. Iniciou relatando que a
discussão foi intensa durante o GT –
Política, o Sr Sérgio Razera e Sr Leo Cuoco
trouxeram uma proposta de estruturação da
política, especialmente para definição de 4
585 programas prioritários e suas respectivas
ações. A proposta inclui os seguintes
programas: 1. **Segurança da água para**
abastecimento público, com as ações:
elaboração de um guia prático para o Plano
590 de Segurança da Água e elaboração do plano
de segurança da água; 2. **Qualidade de água**
bruta, com ações: desenvolvimento do
índice de Salubridade Ambiental e estudo da
tratabilidade de água bruta, classificação dos
595 municípios segundo o ISA e avaliação de
água bruta para fins diversos que afetam a
saúde humana: balneabilidade, piscicultura,
entre outras; 3. **Qualidade de Água**
Tratada, com ações: avaliação do
600 atendimento dos padrões de potabilidade; 4.
Capacitações: tem-se discutido as
capacitações ao longo destes anos,
principalmente para elaboração do Plano de
Segurança da Água, no entanto, estão
605 programadas 2 capacitações uma visando
ação em saúde ambiental e outra para

operadores de ETAs. Os programas foram
aprovados por unanimidade. A palavra foi
aberta aos membros da câmara. Dra
610 Alexandra parabenizou a evolução do grupo.
Dra Sandra apoiou a metodologia de
trabalho para elaboração do PSA por ser
bastante produtiva, e convidou a CT-SAM
para uma parceria com o governo federal
615 para desenvolver um projeto piloto de
segurança da água para levar este conceito e
metodologia para a bacia do São Francisco.
Sra Roseane agradeceu e aceitou o convite
em nome de todos. Profa Rosani agradeceu
620 a presença de todos e reforçou o convite para
a visita ao laboratório de hidráulica. A
coordenadora Roseane deu por encerrada a
reunião com uma salva de palmas, seguida
pela foto do grupo.

625

Adriana Fabiana Corrêa da Silva
Coordenadora da CT-SAM

630

Dilza Aparecida Nalin de Oliveira Leite
Secretária Executiva da CT-SAM